

# “O silêncio não nos protegerá”

O decorrer e o desfecho deste processo judicial e político serão um barómetro importante sobre o quão as “vidas negras importam” em Portugal.



Cristina Roldão

7 de Dezembro de 2023, 6:48

Oferecer artigo 6

Escrevo, hoje, em causa própria, não só porque sou testemunha abonatória de Cláudia Simões no caso da agressão policial de que foi vítima, mas também porque este caso me diz particular respeito enquanto mulher negra neste país. Poderia ter sido eu, poderia ter sido qualquer uma de nós e, sem dúvida, que o decorrer e o desfecho deste processo judicial e político serão um barómetro importante sobre o quão as “vidas negras importam” em Portugal.

Conheci a Cláudia Simões no Tribunal da Amadora, em 2020, logo no dia a seguir à agressão policial de que foi vítima em frente à sua filha de sete anos. Sentada na sala de espera, Cláudia tinha o corpo marcado e o rosto desfigurado, dificuldade em falar e em se locomover, mas estava ágil e lúcida na leitura do que estava a acontecer. Cláudia e a sua família tinham decidido fazer queixa contra o agente Carlos Canha, bem antes de o apoio e solidariedade externos chegarem, ao contrário de muitas famílias que, compreensivelmente, ficam silenciadas e paralisadas pelo medo de represálias e o sentimento de impotência. Ela estava determinada em lutar por justiça e sabia que haveria um “preço” a pagar pela audácia de uma mulher negra, da periferia, levar à justiça um agente da polícia, num concelho em que 76% das queixas contra agentes policiais foram arquivadas entre 2014 e 2019. O “preço” traduz-se em dinheiro e tempo empregues num caso judicial que se arrasta há quatro anos, no reviver em tribunal, vezes sem conta, aquele momento traumático, no ter as suas vidas na praça pública e no viver com um sentimento de intimidação perante uma relação de forças tão assimétrica.

## **Ela estava determinada em lutar por justiça e sabia que haveria um 'preço' a pagar pela audácia de uma mulher negra, da periferia, levar à justiça um agente da polícia, num concelho em que 76% das queixas contra agentes policiais foram arquivadas entre 2014 e 2019**

Cláudia experienciou o que é ter a imagem do seu rosto desfigurado em todos os *media*, o escrutínio e achincalhamento nas redes sociais, na rua, na escola da filha e de forma transversal no seu quotidiano. Penso na humilhação que ela terá sentido ao ter de tirar, não uma, nem duas, mas três vezes, a sua peruca em pleno tribunal para mostrar ao coletivo de juízes as falhas de cabelo causadas pela agressão, numa exposição desnecessária da sua intimidade que haveria de se prolongar com as várias perguntas que lhe foram dirigidas sobre como é que as mulheres negras usam os seus cabelos.

Ainda no rescaldo da agressão, Cláudia Simões havia de assistir às declarações do então diretor nacional de Polícia de Segurança Pública, Magina da Silva, e às do Sindicato Unificado da Polícia de Segurança Pública. Para o primeiro, a cena de violência apresentada no vídeo que viralizou nas redes sociais não constituía "qualquer infração" e tratava-se apenas de "um polícia a cumprir as suas obrigações e as normas que estão em vigor na PSP". Já o sindicato viria a público dizer que ela poderia ter transmitido doenças ao agente Carlos Canha. Cláudia lidou com o facto de uma "fonte policial" ter dito ao *Correio da Manhã* que esta tinha um "passado de violência" contra o marido e contra um vigilante de uma loja. Ela veria um juiz, e um dos mais prestigiados no sistema de justiça português - Carlos Alexandre -, a constituir-se testemunha abonatória do agente Carlos Canha. Entretanto, *ontem, deixou de o ser*. Cláudia teria ainda de lidar, em pleno tribunal, com um grupo de uma dezena de agentes fardados na assistência. As forças corporativas, intencionalmente ou não, mobilizaram-se em proteção do agente, e em termos mais gerais da polícia, criando um clima intimidatório e de descredibilização da vítima.

Perante tudo isto o que é que leva Cláudia Simões a enfrentar o sistema? De que serve quando a experiência nos mostra, em casos como o da Esquadra de Alfragide e do Bairro do Jamaica, que a questão racial será totalmente ignorada pelo tribunal? De que serve quando sabemos que a seguir a uma queixa contra a polícia há uma criminalização das vítimas, há o risco de esta ser constituída arguida e condenada? Não posso falar pela Cláudia Simões, mas só um sentimento de profunda injustiça e, apesar de tudo, uma crença de que a verdade possa ser reconhecida explicam a sua determinação. Que o seu exemplo possa inspirar outras e outros a falarem. E que, pelo menos desta vez, o sistema de justiça esteja à altura da sua coragem.

*A autora é colunista do PÚBLICO e escreve segundo o novo acordo ortográfico*